



Bloco de Esquerda

MOÇÃO

CONTRA A AUSTERIDADE, A DEFESA DO ESTADO SOCIAL

Portugal é hoje um dos países com maior desigualdade salarial na União Europeia e onde existe uma maior percentagem de trabalhadores pobres ou em risco de pobreza.

Mais de um milhão e duzentos mil trabalhadores são pobres devido ao trabalho precário e parcial, subemprego e também à desvalorização do próprio salário mínimo nacional, congelado desde 2011, ao mesmo tempo que os produtos de primeira necessidade não pararam de aumentar.

Não há virtude económica e social nos salários baixos, os quais não garantem aos trabalhadores que os auferem, um rendimento justo nem uma vida em condições de dignidade humana.

Não há criação de emprego com salários de miséria. O salário mínimo nacional é bitola com que se pressiona a baixa geral dos salários e não coloca a economia a crescer, apesar de toda a demagogia do governo do PSD/CDS.

Ao invés, a procura interna, motor da economia, poderia respirar, já que um aumento no rendimento dos trabalhadores, teria impacto direto na economia pois seria utilizado uma parte no consumo de bens e serviços e daí resultaria criação de emprego.

Impedir o aumento do salário mínimo nacional apenas tem como consequência perpetuar a recessão e o desemprego.

O Orçamento Geral do Estado para 2014 confirma que serão mais uma vez os funcionários públicos, reformados, pensionistas e os trabalhadores que irão sofrer a fatura do chamado “ajustamento”. A “equidade” nos sacrifícios, propagandeada pelo governo do PSD/CDS, não existe. No esforço de quase 4 mil milhões de euros, 82% serão cortes na função pública, reformados e pensionistas, Educação, Saúde e Segurança Social. Apenas 4% serão cobrados à banca, petrolíferas e redes de energia.

Desde 2012 e apesar do crescimento da pobreza, o subsídio social de inserção foi retirado a mais de 85 mil pessoas. Mais de 500 mil desempregados estão sem subsídio de desemprego e mais de 7 mil empresas fecharam portas e deixaram na rua os seus trabalhadores. O número de emigrantes ultrapassa os 121 mil, e todos os dias há jovens qualificados que deixam o país.

Ninguém finge que é pobre. Esta acusação esconde o cinismo e a hipocrisia de quem pretende defender a teoria de que temos todos que empobrecer para que o país seja economicamente viável. As instituições de solidariedade social declaram a sua incapacidade para dar resposta às solicitações que aumentam em cada dia que passa.

As privatizações expropriam o país de bens públicos, de serviços públicos e de setores estratégicos para a economia.

A linha de demarcação com o governo e a Troika traça-se entre a austeridade e o Estado Social. A linha de separação traça-se entre o futuro e a dívida. A escolha coloca-se entre a Constituição e o memorando da Troika (ou seu sucedâneo). O ataque à Constituição é a destruição do regime social conquistado pela democracia de Abril, em nome de um contrato com os mercados financeiros que o povo não assumiu.

A Assembleia das Freguesias de Charneca da Caparica e Sobreda, reunida em 29 de Novembro de 2013, delibera:

1. Apoiar a luta dos trabalhadores pelo aumento do salário mínimo nacional, condição indispensável para criar melhores condições de vida e para o crescimento da economia;
2. Apoiar a luta dos trabalhadores da função pública, que é a luta de todos os portugueses, pela não privatização de sectores de serviço público, como a Saúde, a Educação e os CTT.
3. Afirmar a sua oposição ao Orçamento Geral do Estado para 2014 tendo em atenção as graves consequências que advirão para os funcionários públicos, reformados, pensionistas, trabalhadores e população em geral;
4. Manifestar solidariedade com os trabalhadores, desempregados e precários que têm sofrido sucessivos ataques da política do governo do PSD/CDS;
5. Apelar ao prosseguimento da luta pelo derrube do governo e pela concretização da realização de eleições legislativas antecipadas.

A eleita do Bloco de Esquerda na Assembleia das Freguesias de Charneca da Caparica e Sobreda

Helena Oliveira
29.Novembro.2013